

CARVALHO, José Murilo de. (1988). *Teatro de Sombras: A Política Imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ.

Debora Messemberg Guimarães*

Este livro constitui-se originalmente na segunda parte da tese de doutoramento de José Murilo de Carvalho, defendida em 1974 na Universidade de Stanford (EUA). A primeira parte desta tese foi publicada em 1980 pela Editora Campus, sob o título *A construção da Ordem: A Política Imperial*.

José Murilo de Carvalho é o autor de *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*, lançado pela Companhia das Letras, 1987. A grande repercussão deste livro, que não se restringe somente ao meio acadêmico, deve-se principalmente à maneira pela qual o autor discorre sobre temas ainda tão nebulosos para a historiografia nacional.

No livro *Teatro de Sombras (...)*, apesar de ser um texto mais acadêmico, o autor mantém o seu estilo claro de escrita, tornando a leitura bastante agradável. Nele, o autor parte da expressão de Guerreiro Ramos, "dialética da ambigüidade", para discorrer sobre o comportamento político e econômico característico no sistema imperial brasileiro. José Murilo tenta mostrar que a expressão "ambigüidade" é a melhor definição para caracterizar as relações estabelecidas entre o Estado e as elites políticas e econômicas do Brasil Imperial, como também, as próprias instituições e idéias difundidas.

A obra reporta-se ao difícil processo de consolidação da monarquia perante as forças dominantes do país, quais sejam, o grande comércio e a grande propriedade. O melhor indicador para espelhar a complexidade do processo de enraizamento da monarquia encontra-se nas rebeliões regionais. Foram ao todo 17 revoltas que se sucederam de 1831 a 1848, algumas com maiores repercussões, como a **Cabanagem**, **Farroupilha**, a **Sabinada** e **Balalada**, que envolveram um maior número de revoltosos e exigiram do poder central grandes esforços para serem controladas.

O que caracterizou de forma geral todos estes conflitos, foi a desconfiança quase completa da população urbana e rural em relação ao poder instalado no período regencial. A Regência mostrou-se incapaz de arbitrar as divergências entre os grupos dominantes (no que se refere às disputas intra-elites de uma mesma região) e de manter a ordem (no que se refere aos levantes nas zonas urbanas). Somente a partir de 1840, com a promulgação de decretos

* Socióloga e aluna do Mestrado em Sociologia da Universidade de Brasília.

fundamentados em medidas centralizadoras foi possível iniciar um lento processo de convencimento das camadas dominantes a apoiar a monarquia.

José Murilo de Carvalho afirma que esse convencimento foi sendo articulado fundamentalmente por burocratas e políticos ligados à grande cafeicultura fluminense. A tentativa de aproximação entre a monarquia e os proprietários mostra-se clara, quando se toma como indicador a quantidade de títulos nobiliárquicos distribuídos durante o reinado de Pedro II. A distribuição desses títulos funcionava como "prêmio de consolação" aos proprietários, no momento em que a Coroa tomava medidas que conflitavam com os seus interesses.

O autor utiliza indicadores econômico-sociais como o Orçamento Imperial, a Política da Abolição e a de Terras para mostrar a dubiedade das relações estabelecidas entre o Rei (Poder Moderador) e os Barões. A ambigüidade dessas relações vai-se mostrando mais clara a partir do momento em que o governo central, cristalizado na figura do Imperador, consegue assentar em bases mais sólidas a sua estrutura de poder.

A política da Abolição é vista como o melhor exemplo revelador do tipo de pacto que sustentava o sistema político Imperial. A existência do Poder Moderador dava ao Rei condições de interferência tanto no poder Legislativo como no Executivo. Essa interferência foi utilizada, de forma bastante significativa, na implantação de políticas abolicionistas, como a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários.

No entanto, a implantação de tais medidas acentuou o conflito entre o Rei e os Barões, já que eram vistas por estes últimos como atitudes impositivas do poder central, que não levavam em conta seus interesses de proprietários.

José Murilo prossegue afirmando que a Coroa, ao invés de ver-se legitimada ao implantar medidas reformistas, na verdade acabou por perder esta legitimidade, conquistada a duras penas. O autor explica esse fenômeno demonstrando que, apesar de ter o apoio majoritário da população que não podia se representar politicamente, a Coroa, ao levar a cabo tais reformas, feriu interesses de grupos específicos que, somados a outras camadas dominantes, representavam o interesse geral. Esse caráter aparentemente contraditório da representação do poder do Rei como representação do interesse geral, mas sustentado pela legitimidade das elites, marcará o sistema Imperial até a sua dissolução.

O caráter ambíguo da relação de poder entre o Rei e os Barões é novamente ressaltada quando o autor utiliza como indicador a Política de Terras. Essa política foi um conjunto de medidas que visava a alterar a estrutura agrária do país, na tentativa de permitir o acesso à terra aos imigrantes que viriam substituir a mão-de-obra escrava. O projeto foi apoiado basicamente por cafeicultores fluminenses, que viam na distribuição de pequenos lotes de terra a melhor solução para estimular a imigração. Entretanto, apesar de contar com o apoio da Coroa e de ter sido aprovado pelo Poder Legislativo, tal projeto não chegou a ser executado. Seu fracasso é explicado por uma série de circuns-

tâncias desfavoráveis, a começar pela incapacidade do governo central de implementar medidas contrárias aos interesses dos proprietários.

Quando o Poder Moderador assumiu um posicionamento contrário aos proprietários, no comando do processo de abolição da escravidão, ele o fez porque, apesar das dificuldades que tal processo engendrava, havia uma forte pressão externa que, de certa forma, "garantia sua continuidade". Nesse momento, o pacto entre o Rei e os barões sofreu um perigoso abalo, chegando até mesmo a ser questionada a manutenção do regime monárquico. Entretanto, quando o governo central recuou na sua decisão de implementar a sua política de terras, a monarquia foi vista como o melhor dos regimes e, como salienta José Murilo, com Poder Moderador e tudo mais.

O autor conclui que o sistema político Imperial pode ser perfeitamente comparado a um grande teatro, um "Teatro de Sombras". A representação política e o teatro têm, de uma forma geral, vários aspectos em comum: ambos misturam realidade com ficção, precisam atuar em palcos determinados e contam com atores que desempenham papéis específicos. Para José Murilo, em política, a ficção é a mola mestra que sustenta a estrutura de poder. Senão, como explicar a crença de uma população em uma só pessoa como representante de seus interesses? A monarquia em especial revela com maior clareza as formas teatrais que envolvem o poder, principalmente no que tange ao simbolismo da figura do Rei. No caso específico do Sistema Imperial Brasileiro, a política, além de ser um teatro, estava envolta por sombras projetadas que cada ator lançava sobre o outro. Os proprietários apoiavam a monarquia, mas se sentiam marginalizados pelo Rei; este, por sua vez, utilizava-se de uma feição democrática, sendo um Poder Moderador passível de ser arbitrário. Os atores, portanto, não sabiam ao certo qual o papel a ser desempenhado e como deveriam ser as suas posturas no desenrolar da peça.

O final do Sistema Imperial Brasileiro vem reforçar a concepção teatral salientada. A realidade volta novamente a misturar-se com a ficção, como num grande baile em que vilões e vítimas confraternizam.

CARVALHO, Ruy de Quadros. (1987). *Tecnologia e Trabalho Industrial*. São Paulo: L & PM Editores S/A.

Bruno Cunico Jr.*

O estudo de Carvalho, baseado na sua tese de mestrado na área de Ciência Política, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, pro-

* Aluno do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.